

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício de 2015. O presente relatório alcança os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, integrado pela própria Barigüi Financeira e também a Barigüi Cia. Hipotecária, sob a liderança da primeira.

Cumprindo o papel de uma Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a servidores públicos e beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, este o seu principal produto, representando mais de 95% do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos e consequente nível reduzido de inadimplência.

No que tange ao Conglomerado, a outra instituição integrante, Barigüi Companhia Hipotecária, participante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de créditos imobiliários, tendo como "funding" captações via letras de crédito imobiliário (LCIs). Esta sociedade permanece expandindo seus negócios e contribuiu de forma importante (cerca de 57%) para o resultado líquido do Conglomerado.

O lucro do exercício da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Cia Hipotecária, foi de R\$ 8.083 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram 2.398 mil. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 18% sobre o patrimônio líquido médio. O índice de Basileia alcançou 16,31%, que, conjugado com opção por manutenção de nível elevado (próximo ao Patrimônio Líquido) de recursos imediatamente disponíveis, refletiu a possibilidade de expansão de negócios e propicia aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de incertezas por que passa a economia nacional.

Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 24 março de 2016.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Individual		Conglomerado		Passivo	Nota	Individual		Conglomerado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014			31/12/2015	31/12/2014		
Ativo Circulante		132.348	139.720	181.253	165.941	Circulante		91.029	128.902	126.930	182.274
Disponibilidades	4	879	1.661	1.632	1.875	Depósitos	13.a	27.693	65.387	27.693	65.387
Aplicações financeira de liquidez		49.813	43.703	44.992	32.539	Depósitos interfinanceiros		23.110	15.628	23.110	15.628
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	49.813	43.703	44.992	32.539	Depósitos a prazo		4.583	49.759	4.583	49.759
Títulos e valores mobiliários		2.699	526	2.699	526	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	44.370	25.983	74.946	73.813
Cotas de fundos de investimentos		2.699	-	2.699	-	Letras de crédito imobiliário		-	-	30.576	47.830
Instrumentos financeiros derivativos		-	526	-	526	Recursos de aceites cambiais		44.370	25.983	44.370	25.983
Operações de crédito	7	74.932	87.761	121.833	121.518	Outras obrigações		18.966	37.532	8.291	12.919
Setor privado		63.020	61.268	111.698	96.048	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		23	83	23	126
Operações de crédito vinculadas a cessão		15.426	30.634	15.426	30.634	Sociais e estatutárias		1.525	969	1.634	1.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(3.514)	(4.141)	(5.291)	(5.164)	Fiscais e previdenciárias	14	460	884	2.841	1.995
Outros créditos	8	1.830	1.937	2.241	2.489	Diversas	15	16.958	35.596	19.687	39.860
Crédito tributários		529	551	763	955						
Diversos		1.301	1.386	1.478	1.534	Não circulante		150.725	121.509	265.708	165.350
Outros valores e bens	9	2.195	4.132	7.856	6.994	Exigível a longo prazo		150.725	121.509	265.708	165.350
Outros valores e bens		2.195	816	3.750	3.127	Depósitos	13.a	22.102	13.189	22.102	13.189
Bens não de uso		-	3.316	4.106	3.867	Depósitos interfinanceiros		-	5.397	-	5.397
		152.921	149.449	255.587	220.865	Depósitos a prazo		22.102	7.792	22.102	7.792
Não circulante		141.614	142.293	254.953	220.222	Recursos de aceite de emissão de títulos	13.b	127.599	94.278	241.194	137.837
Realizável a longo prazo		-	5.913	-	5.913	Recursos de aceites cambiais e emissão de títulos		127.599	94.278	127.599	94.278
Títulos e valores mobiliários	6	-	5.913	-	5.913	Recursos de letras de crédito imobiliário		-	-	113.595	43.559
Cotas de fundos de investimentos	7	135.796	129.927	245.739	205.345	Outras obrigações		1.024	14.042	2.412	14.324
Operações de crédito		137.414	119.557	249.302	195.876	Diversas	15	409	13.430	1.797	13.712
Setor privado		-	12.206	-	12.206	Divida subordinada elegível a capital	16	615	612	615	612
Operações de crédito vinculadas a cessão		(1.618)	(1.836)	(3.563)	(2.737)						
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	1.799	1.984	3.202	2.406	Patrimônio líquido	18	43.515	38.758	44.202	39.182
Outros créditos		536	223	559	237	De capital social		23.000	20.000	23.420	20.180
Diversos		1.590	1.840	2.970	2.248	De domiciliados no país	18.a	20.000	20.000	20.180	20.180
Crédito tributários		(327)	(79)	(327)	(79)	Aumento de capital pendente de aprovação BACEN		3.000	-	3.240	-
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9	4.018	4.469	6.012	6.558	Reservas de capital		-	-	-	-
Outros valores e bens		3.930	4.073	5.635	6.162	Reservas de lucros		20.515	18.758	20.782	19.002
Outros valores e bens		850	1.550	1.577	1.550	Reserva legal	18.b	1.898	1.506	1.925	1.519
Bens não de uso		(762)	(1.154)	(1.200)	(1.154)	Outras reservas de lucro	18.c	18.617	17.252	18.857	17.483
Provisão por impairment		11.308	7.156	634	643	Total do passivo		285.269	289.169	436.840	386.806
Investimentos		10.768	6.617	4	4						
Participação em controlada	10	10.764	6.613	-	-						
Outros investimentos	4	4	4	4	4						
Imobilizado de uso	11	436	425	475	76						
Outras imobilizações de uso		1.357	1.290	1.421	1.354						
Depreciação acumulada		(921)	(865)	(946)	(878)						
Intangível	12	104	114	155	163						
Licenciamento e uso de software		391	363	471	432						
Amortização acumulada		(287)	(249)	(316)	(269)						
Total do ativo		285.269	289.169	436.840	386.806						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	INDIVIDUAL			CONGLOMERADO		
		2º sem/15	2015	2014	2º sem/15	2015	2014
Receitas da intermediação financeira		30.777	60.869	52.746	49.865	94.040	69.985
Operações de crédito	8.b	26.499	53.032	47.590	45.763	86.755	65.334
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.a	4.278	7.837	5.156	4.102	7.285	4.651
Despesas da intermediação financeira		(21.975)	(43.259)	(32.553)	(32.824)	(62.250)	(41.240)
Operações de captação no mercado	14	(17.671)	(32.279)	(19.258)	(27.404)	(48.459)	(26.838)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7	-	23	122	-	23	122
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	8.c	(2.145)	(5.538)	(4.994)	(3.261)	(8.349)	(6.101)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro		(2.159)	(8.423)	(8.423)	(2.159)	(5.465)	(8.423)
Resultado bruto da intermediação financeira		8.802	17.610	20.193	17.041	31.790	28.745
Outras receitas (despesas) operacionais		(4.261)	(9.521)	(12.152)	(10.597)	(20.752)	(19.310)
Receita de prestação de serviços		1	3	5	473	764	355
Despesas de pessoal		(2.009)	(3.950)	(3.763)	(2.658)	(5.331)	(5.199)
Despesas administrativas	21	(5.043)	(10.117)	(10.817)	(8.686)	(16.454)	(14.850)
Despesas tributárias		(513)	(1.084)	(1.309)	(986)	(1.956)	(1.808)
Resultado de participação em coligadas e controladas	11	2.615	4.400	1.672	-	-	-
Outras receitas operacionais		992	1.650	1.945	1.806	3.130	2.077
Outras despesas operacionais		(415)	(542)	(121)	(657)	(1.024)	(121)
Resultado não operacionais		(95)	411	(270)	(383)	7	(181)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		4.446	8.500	7.771	6.061	11.045	9.254
Imposto de renda e contribuição social	22	19	(303)	(1.696)	(1.380)	(2.489)	(2.822)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		513	(30)	(1.778)	(1.313)	(3.017)	(3.373)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(494)	(273)	82	(67)	528	551
Participações nos lucros		(219)	(359)	(332)	(267)	(473)	(546)
Lucro líquido do semestre e exercício		4.246	7.838	5.743	4.414	8.083	5.886
Juros sobre capital próprio		(1.252)	(2.398)	(1.750)	(1.252)	(2.398)	(1.750)
Quantidade de ações		23.000	23.000	20.000	-	-	-
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,1846	0,3408	0,2872	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Reserva	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Reserva Estatutária Especial		
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2014	20.000	-	1.262	14.228	-	35.490
Lucro líquido	-	-	-	-	5.743	5.743
Por subscrição realizada	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	244	3.024	(3.268)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.750)	(1.750)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(725)	(725)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	20.000	-	1.506	17.252	-	38.758
Mutações do exercício	-	-	244	3.024	-	3.268
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2015	20.000	-	1.506	17.252	-	38.758
Lucro líquido	-	-	-	-	7.838	7.838
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	392	4.745	(5.137)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(2.398)	(2.398)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(303)	(303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	20.000	3.000	1.898	18.617	-	43.515
Mutações do exercício	-	3.000	392	1.365	-	4.757
SALDO EM 1 DE JULHO DE 2015	20.000	-	1.686	19.003	-	40.689
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.246	4.246
Aumento de capital pendente de aprovação BACEN	-	3.000	-	(3.000)	-	-
Destinações:						
Constituição de reserva	-	-	212	2.614	(2.826)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(1.252)	(1.252)
Dividendos propostos	-	-	-	-	(168)	(168)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	20.000	3.000	1.898	18.617	-	43.515
Mutações do semestre	-	(3.000)	(212)	386	-	(2.826)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2º Sem/2014	Individual		Conglomerado	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.246	7.838	5.743	4.414	8.083
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com os recursos provenientes de atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	(2.615)	(4.400)	(1.672)	83	184
Equivalência patrimonial	2.145	5.538	4.994	3.261	8.349
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.094	-	6.101
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	4.004	-	104
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	23	115	137	39	131
Provisão para imposto de renda e contribuição social cor					

As demonstrações consolidadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

(c) Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro. As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2015 abrangem as demonstrações da Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e da Barigui Companhia Hipotecária.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as Demonstrações Consolidadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Barigui S.A.		Companhia Hipotecária	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Total do Ativo	285.269	289.169	172.421	118.787
Total do Passivo	241.754	250.411	160.970	111.716
Total do Patrimônio Líquido	43.515	38.758	11.451	7.071
Total Lucros Líquidos do exercício (antes JCP)	7.838	5.743	6.445	1.815

Nos procedimentos de consolidação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre a Barigui S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e a Barigui Companhia Hipotecária.

(d) Base para compilação e formatação das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Barigui

As demonstrações contábeis históricas referentes ao Conglomerado Financeiro Barigui utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Estas demonstrações financeiras (Conglomerado Financeiro Barigui) devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais históricas das empresas envolvidas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os pronunciamentos já homologados pelo BACEN.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião 24 março de 2016.

3 Principais práticas contábeis – Individual e Conglomerado Financeiro

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado.

Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

e. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apurados diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

O operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pró rata" dia. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observados:(i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 CMN, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As principais operações de crédito da Financeira são compostas por operações de crédito consignado com descontos em folha de pagamento e empréstimos a pessoas físicas e as principais operações de crédito da Companhia Hipotecária são compostas por financiamentos imobiliários, sendo classificados como habitacionais e empreendimentos.

(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

A Financeira passou a considerar: a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma decrescente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) Operações vencidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

g. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente a:

(i) Comissões pagas na captação de recursos com terceiros as quais são registradas a valor de custo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da captação;

(ii) Despesas incorridas na constituição do FIDC, no qual a Financeira tem participação e que estão sendo amortizadas pelo prazo de vigência do FIDC; e

(iii) As comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31/12/2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14, ou seja, dois terços são inicialmente reconhecidos no ativo e o restante reconhecido integralmente como despesa concomitante a contratação da operação de crédito.

h. Investimentos

Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

i. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado e foi submetido a teste de impairment e não foram identificadas perdas por impairment.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Financeira são:

Taxa - %
20% a.a.
10% a.a.
20% a.a.

Equipamentos de informática
Móveis, utensílios e equipamentos de uso
Veículos

j. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à melhorias da Financeira ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Licenciamento de uso de software

Taxa - %
20% a.a.

k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisionados para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

l. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

• **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do FIDC adquiridas for superior à perda provável.

m. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

n. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

o. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

p. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões:** são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Os depósitos judiciais** são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

q. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, e foi constituída provisão para contribuição social sobre o lucro líquido ajustado à alíquota de 15% até agosto de 2015, e 20% a partir de setembro de 2015, permanecendo assim até dezembro de 2018, em conformidade com a Lei 13.169/15.

Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Lei 11.169/2015
A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de Outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa elevação de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terão sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando fundamentados na Resolução CMN nº 3.059 e Circular n.º 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos. O efeito da majoração da alíquota não se aplica para a controlada.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

r. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades				
Caixa	4	5	8	8
Depósitos bancários	875	1.656	1.624	1.867
Aplicações interfinanceiras (a)	49.813	43.703	44.993	32.539
TOTAL	50.692	45.364	46.625	34.414

As aplicações financeiras apresentadas na nota 5 com vencimento superior a 90 dias foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa por se tratarem de aplicações sem liquidez.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras em outras instituições, incluindo a controlada Companhia Hipotecária, a uma taxa média de 101% do CDI e 14,10% a.a. em aplicações pré-fixadas, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 28 de outubro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas

por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	Taxa	Individual		Conglomerado Financeiro	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
DI (pós) 101% CDI	45.812	100,23% CDI	41.902	35.990	27.637
DI (pré) 14,10% a.a.	4.001	11,56% a.a.	1.801	9.002	4.902
Total	49.813		43.703	44.992	32.539

6 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão representados por investimentos em cota subordinada, a qual se classifica em "Classe Júnior", no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigui Crédito Consignado (FIDC), administrado pela BEM DTVM Ltda. (integrante do Grupo Bradesco), conforme apresentado abaixo:

a. Resultado com títulos e valores mobiliários

Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota	Individual		
		2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	397	1.139	2.987
Total		4.278	7.837	5.156

Conglomerado Financeiro

Rendas aplicações interfinanceiras de liquidez	Nota	Individual e Conglomerado		
		2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	397	1.139	2.987
Total		4.102	7.285	4.651

Títulos Mantidos até o Vencimento

Cotas subordinadas - Classe Júnior (a) 2.699 5.913
O número de cotas subordinadas da Financeira e o valor das mesmas para 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são representados da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2015			31/12/2014		
	Nº de quota	Valor da quotas	Saldo 31/12/2014	Nº de quotas	Valor da quota	Saldo 31/12/2013
Cotas subordinadas - classe Júnior	1.047,25	2.577,48	2.699	1.047,25	5.645,98	5.913

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade, a médio prazo, equivalente a 125% do CDI e 135% do CDI, para as cotas seniores e cotas subordinadas mezanino, respectivamente. A remuneração das cotas Júnior é proporcional à parcela residual do lucro ou prejuízo apurado no respectivo fundo, após: (i) a alocação dos rendimentos estabelecidos no regulamento às cotas seniores e subordinadas Mezanino; e (ii) a apropriação das demais despesas inerentes ao fundo, incluindo a constituição de provisão para perdas com créditos. Conforme regulamento, o encerramento do fundo está previsto para junho de 2016.

Participação no patrimônio líquido do FIDC

Em conformidade com o artigo 24º, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, do FIDC's, durante seus prazos de existência, devem observar a razão mínima, definida no regulamento, entre o valor das cotas subordinadas e o seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos colistas mensalmente. A Financeira é detentora da totalidade das cotas subordinadas Júnior do FIDC, sendo as cotas seniores e subordinadas Mezanino pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas que os investimentos no FIDC devem apresentar:

	% em relação ao patrimônio líquido	
	31/12/2015	31/12/2014
Cotas subordinadas - Classe Júnior	Mínimo de 5% (*)	Mínimo de 5% (*)
Índice de subordinação na data-base	11,26%	5,22%

	Mínimo de 145% (*)	
	31/12/2015	31/12/2014
Percentual do PL em relação a Cotas Seniores	157,08%	146,56%

	Mínimo de 31% (*)	
	31/12/2015	31/12/2014
Índice de Cotas Subordinadas em relação às cotas totais	36,34%	31,77%

(*) Conforme regulamento do fundo.

Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC

A Financeira não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus colistas.

A Financeira reconheceu na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários" resultado positivo no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 397 e R\$ 1.139 respectivamente (R\$ 2.987 em 31 de dezembro de 2014) referente às cotas subordinadas - classe Júnior, como resultado da variação dessas cotas.

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos	801	2.535	107.593	8.172
Crédito pessoal	207.873	193.949	207.873	193.949
CDC	7.186	27.181	7.186	27.181
Financiamentos imobiliários	-	-	53.774	105.462
Total	215.860	223.665	376.426	334.764
Circulante	78.446	91.902	127.124	126.682
Não circulante	137.414	131.763	249.302	208.082

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

c.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 31/12/2015 e 31/12/2014 - Individual

Nível	Situação	% de Provisão	Setor						2015		2014		
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física		Total	Provisão	Valor da	Total	Provisão	Valor da
						Total	Provisão						
A	Normal	0,50%	244	-	120	6.643	204.403	204.767	(1.024)	211.901	(1.060)	211.901	(1.060)
	Vencido	-	-	-	-	989	989	(5)	819	(4)			
B	Normal	1,00%	-	-	126	821	927	(9)	702	(7)			
	Vencido	-	-	84	1.203	1.287	(13)	1.294	(13)				
C	Normal	3,00%	-	-	-	718	718	(21)	276	(8)			
	Vencido	-	-	49	1.099	1.148	(34)	1.142	(34)				
D	Normal	10,00%	-	-	-	371	371	(37)	295	(30)			
	Vencido	-	-	-	687	687	(69)	1.413	(141)				
E	Normal	30,00%	-	-	-	282	282	(85)	154	(46)			
	Vencido	-	-	15	608	623	(187)	790	(237)				
F	Normal	50,00%	-	-	-	53	53	(27)	103	(52)			
	Vencido	-	-	-	4	332	336	(168)	546	(273)			
G	Normal	70,00%	-	-	-	116	116	(81)	92	(64)			
	Vencido	-	-	14	19	515	548	(384)	435	(305)			
H	Normal	100,00%	-	-	-	162	162	(162)	232	(232)			
	Vencido	-	-	59	15	2.752	2.826	(3.471)	3.471	(3.471)			
				258	123	388	215.111	215.860	(5.132)	223.665	(6.977)		
									78.446	(3.514)	91.902	(4.141)	
									137.414	(1.618)	131.763	(1.836)	

Posição em 31/12/2015 e 31/12/2014 - Conglomerado financeiro

Nível	Situação	% de Provisão	Setor						2015		2014		
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física		Total	Provisão	Valor da	Total	Provisão	Valor da
						Total	Provisão						
A	Normal	0,50%	244	1.247	6.643	325.868	334.002	(1.670)	306.178	(1.531)			
	Vencido	-	-	-	-	989	989	(5)	819	(4)			
B	Normal	1,00%	-	-	2.624	1.810	4.434	(44)					
	Vencido	-	-	-	184	4.993	5.177	(52)	8.491	(85)			
C	Normal	3,00%	-	-	-	3.586	7526	11.112	(333)	394	(12)		
	Vencido	-	-	49	70	9.469	9.588	(288)	6753	(203)			
D	Normal	10,00%	-	-	-	371	371	(37)	304	(30)			
	Vencido	-	-	-	2.292	2.292	(229)	3.836	(384)				
E	Normal	30,00%	-	-	-	282	282	(85)	154	(46)			
	Vencido	-	-	15	1.423	1.438	(431)	1.117	(335)				
F	Normal	50,00%	-	-	-	53	53	(27)	103	(52)			
	Vencido	-	-	-	62	1.446	1.508	(754)	636	(318)			
G	Normal	70,00%	-	-	-	116	116	(81)	92	(64)			
	Vencido	-	-	14	93	713	820	(574)	608	(426)			
H	Normal	100,00%	-	-	-	200	200	(200)	232	(232)			
	Vencido	-	-	58	267	3.719	4.044	(4.044)	4.171	(4.171)			
				258	1.369	13.529	361.270	376.426	(8.854)	334.764	(7.901)		
									127.124	(5.291)	126.682	(5.164)	
									249.302	(3.563)	208.082	(2.737)	

d. Cessão de Crédito

Durante o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Financeira cedeu ao FIDC Barigui Crédito Consignado, operações de empréstimos consignados, com retenção substancial de riscos e benefícios no valor de R\$ 7.256 e R\$ 17.431 respectivamente (R\$ 42.804 em 31 de dezembro de 2014). As operações foram devidamente registradas na CIP - Câmara Interbancária de Pagamento. Devido à retenção substancial de riscos e benefícios, a Financeira passou a manter o ativo financeiro objeto da cessão e a registrar um passivo financeiro pelo valor, de forma prospectiva, a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme requerido pela resolução 3.533/08, o qual está sendo atualizado de acordo com as taxas praticadas nos contratos de cessão de crédito (nota 15). Tanto as receitas das operações registradas no ativo quanto as despesas das operações registradas no passivo estão sendo reconhecidas no resultado do período de competência.

Controlada

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia adquiriu créditos de terceiros, com garantia de alienação fiduciária de imóveis, sem coobrigação, no montante de R\$ 10.128 e R\$ 16.834 respectivamente (R\$ 16.797 em 31 de dezembro de 2014). A taxa média dos créditos adquiridos no período em questão foi de 1,3164% e 1,2843%. O objetivo de tais aquisições foi realizado no intuito de crescimento de carteira e de ampliação de negócio. Estas operações auferiram renda no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no total de R\$ 1.696 e R\$ 3.190 respectivamente (R\$ 1.049 em 31 de dezembro de 2014).

8. Outros créditos

O saldo da conta "Outros créditos diversos" está composto pelos seguintes valores:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Adiantamentos	36	49	115	53
Créditos tributários (nota 22)	529	551	762	955
Impostos a recuperar	703	-	925	-
Títulos e créditos a receber (a)	51	193	51	193
Devedores diversos (b)	57	620	139	921
Outros (c)	454	524	248	367
Total	1.830	1.937	2.240	2.489
Não circulante				
Títulos e créditos a receber (a)	327	139	327	139
Créditos tributários (nota 22)	1.590	1.840	2.970	2.248
Provisão para outros créditos	(327)	(79)	(327)	(79)
Outros (c)	209	84	232	98
Total	1.799	1.984	3.202	2.406

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, representam, basicamente, (i) R\$ 27 saldos a receber referentes às cessões de créditos a receber junto ao Banco Bradesco S.A (R\$ 141 em 31 de dezembro de 2014); (ii) R\$ 103 saldos de falta de repasses de órgãos públicos e (R\$ 191 em 31 de dezembro de 2014); (iii) valores sem características de concessão no montante de R\$ 248.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados basicamente por: (i) R\$ 10 cheques devolvidos no recebimento de parcelas (R\$ 478 em 31 de dezembro de 2014); (ii) R\$ 7 adiantamento para correspondentes para originação de operação de crédito (R\$ 128 em 31 de dezembro de 2014); (iii) R\$ 34 corresponde a valores pagos para os processos de execução de garantias; e (iv) R\$ 6 correspondem a outros; para o conglomerado são os seguintes: (v) R\$ 77 serviços de terceiros na originação de operações e pagamentos antecipados de custas de cartório, dos quais serão integrados ao contrato de financiamento (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2014); e (vi) R\$ 5 refere-se a valores pagos para consolidação de propriedade.

(c) Os valores inscritos em "outros", na apresentação individual são compostos por; (i) R\$ 78 devedores por depósitos em garantia; (ii) R\$ 127 referem-se a bloqueios judiciais; (iii) R\$ 249 referem-se a devedores a receber (R\$ 234 em 31 de dezembro de 2014); (iv) R\$ 195 referem-se a devedores para compra de valores e bens (R\$ 68 em 31 de dezembro de 2014).

9 Outros valores e bens

O saldo do grupo "Outros valores e bens" está composto por bens não de uso e despesas antecipadas, sendo que estas últimas serão apropriadas ao resultado em períodos futuros.

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Circulante				
Despesas antecipadas				
Seguros	6	4	6	4
Serviços especializados	41	-	41	-
Corretagens	30	59	86	68
Estruturação FIDC	72	179	72	179
Comissões (a)	2.046	3.074	3.545	3.616
Bens não de uso - Imóveis (b)	-	816	4.106	3.127
Total	2.195	4.132	7.856	6.994
Não circulante				
Despesas antecipadas:				
Corretagens	16	20	95	109
Estruturação FIDC	-	72	-	72
Comissões (a)	3.914	3.981	5.540	5.981
Bens não de uso - Imóveis(b)	850	1.550	1.577	1.550
(-) Provisão por impairment (c)	(762)	(1.154)	(1.200)	(1.154)
Total	4.018	4.469	6.012	6.558

(a) As despesas com comissões pagas até 31 de dezembro de 2014, são diferidas de acordo com o prazo residual dos contratos limitado a 31 de dezembro de 2019. As comissões pagas a partir de 2015, são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

(b) Em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram consolidações de propriedades na Barigui S/A, apenas na sua controlada, no montante de R\$ 3.789. No Conglomerado o valor total dos imóveis retomados representa R\$ 5.683.

(c) Provisão de R\$ 762 para perda de imóveis consolidados na Barigui S/A; e provisão na controlada por decisão da administração no montante de R\$ 438.

10 Investimentos - Individual

Em setembro de 2011, O Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Barigui Companhia Hipotecária, na qual a Companhia detém participação de 94% do capital, representada por 2.820.000 ações ordinárias, sem valor nominal, no importe de R\$ 2.820. A partir de então, as duas empresas constituem um Conglomerado Financeiro. O funcionamento da Companhia Hipotecária se deu a partir de 10 de janeiro de 2012. O valor do investimento na posição de 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 10.764 (R\$ 6.613 em 31 de dezembro de 2014).

	31/12/2015	31/12/2014
Informações sobre a controlada:		
Número de ações de capital	7.000.000	3.000.000
Patrimônio líquido:	11.451	7.071
Capital social	7.000	3.000
Reservas estatutária e especial	-	709
Reserva legal	450	218
Reserva especial de lucros	4.001	3.144
Informações sobre o investimento na controlada:		
Número de ações possuídas	6.580.000	2.820.000
Percentual de participação (%)	94%	94%
Movimentação dos investimentos no exercício:		
Saldo início do período	6.613	5.038
Dividendos	(249)	(97)
Resultado de equivalência patrimonial	4.400	1.672
Saldo final do período	<u>10.764</u>	<u>6.613</u>

Movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2015
Móveis e equip. de uso	361	33	-	394
Equip. de informática	604	50	(2)	652
Veículos	325	138	(152)	311
Depreciação acumulada	(865)	(125)	69	(921)
Total	425	96	(85)	436

Em 31 de dezembro de 2015, com base em cálculos efetuados, não foram identificados indícios de impairment que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

12 Intangível

Demonstramos a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	Saldo em 1/12/2014	Saldo em 31/12/2015	Saldo em 1/12/2014	Saldo em 31/12/2015
Sistemas de processamento de dados	363	28	-	391
Amortização acumulada	(249)	(38)	-	(287)
Total	114	(10)	-	104

Em 31 de dezembro de 2015, com base em cálculos efetuados, não foram identificados indícios de impairment que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

13 Captação de recursos em depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos interfinanceiros e a prazo

	Individual e Conglomerado Financeiro			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Saldo em 31 de dezembro
Depósitos interfinanceiros	16.949	6.161	-	23.110
Depósitos a prazo	-	4.583	22.102	26.685
Total	16.949	10.744	22.102	49.795
Circulante	-	-	22.693	65.387
Não circulante	-	-	27.102	131.899

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 4.575 R\$ 10.098 respectivamente (R\$ 7.656 em 31 de dezembro de 2014).

b. Recursos de aceites e emissões de títulos

	Individual				Conglomerado Financeiro			
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2015		31/12/2014	
	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 04 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letra de câmbio	9.042	35.328	127.599	171.969	9.042	35.328	127.599	171.969
Total	9.042	35.328	127.599	171.969	9.042	35.328	127.599	171.969
Circulante	-	-	-	44.370	-	-	-	25.983
Não Circulante	-	-	-	127.599	-	-	-	94.278

No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram reconhecidas despesas no montante de R\$ 12.727 e R\$ 21.417 respectivamente (R\$ 10.811 em 31 de dezembro de 2014) e, no conglomerado financeiro, foram reconhecidas despesas no semestre e exercício o montante de R\$ 22.361 e R\$ 37.416 respectivamente (R\$ 18.369 em 31 de dezembro de 2014).

b.1 Reconciliação das despesas de captação com o resultado:

</

19 Transações entre partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	Individual			31/12/2015			31/12/2014			Conglomerado Financeiro			31/12/2015			31/12/2014			
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
Pessoas físicas																			
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	13.860	(1.103)	(2.152)	-	45.899	(2.837)	-	13.860	(1.103)	(2.152)	-	45.899	(2.837)	-	13.860	(1.103)	(2.152)	
Letra de crédito imobiliário	-	38.104	(2.537)	(4.408)	-	21.069	(1.890)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Remuneração administradores	-	(81)	(159)	-	-	(78)	-	-	(156)	(380)	-	-	(202)	-	-	-	-	-	
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	847	(863)	(1.651)	-	969	(900)	-	863	(863)	(1.651)	-	984	(900)	-	-	-	-	
Obrigações vinculadas a cessão de crédito Barigui Companhia Hipotecária	-	14.912	(1.762)	(4.326)	-	45.868	(4.202)	-	14.912	(1.762)	(4.326)	-	45.868	(4.202)	-	-	-	-	
Depósitos interfinanceiros	9.823	-	573	1.059	14.265	-	496	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Utilização de Estrutura Compartilhada	14	-	(36)	(72)	4	37	(96)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	249	-	-	-	97	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bordin Administração e Incorporações Ltda.																			
Juros sobre capital próprio/dividendos	-	384	(390)	(747)	-	203	(281)	-	384	(390)	(747)	-	203	(281)	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	7.137	(488)	(840)	-	4.920	(205)	-	7.137	(488)	(840)	-	4.920	(205)	-	-	-	-	
Barigui Veículos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	3	(42)	(84)	-	2	(42)	-	3	(42)	(84)	-	2	(42)	-	-	-	-	
Letra financeira subordinada	-	615	(49)	(92)	-	612	(36)	-	615	(49)	(92)	-	612	(36)	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	10.117	(634)	(1.043)	-	5.012	(204)	-	10.117	(634)	(1.043)	-	5.012	(204)	-	-	-	-	
Barigui Promotora de Crédito Imob. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prestação de serviços correspondente bancário	799	108	(478)	(1.439)	501	142	(50)	799	108	(478)	(1.439)	501	142	(50)	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	172	(2)	(4)	-	-	(4)	-	172	(2)	(4)	-	-	(4)	-	-	-	-	
Central Brasileira de Cobrança Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prestação de serviços de cobrança	-	54	(310)	(643)	-	57	(544)	-	181	(310)	(643)	-	57	(544)	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	338	(15)	(37)	-	-	(9)	-	338	(15)	(37)	-	-	(9)	-	-	-	-	
Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Prestação de serviços correspondente bancário	913	(159)	(393)	1.273	(224)	913	(159)	(393)	1.273	(393)	1.273	(224)	(913)	(159)	(393)	1.273	(224)	(913)	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	(1)	(3)	-	1	(1)	-	-	(1)	(3)	-	1	(1)	-	-	-	-	
Enio Fornea & Cia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aluguéis	-	8	(48)	(96)	-	8	(47)	-	10	(62)	(110)	-	8	(47)	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.462	(387)	(698)	-	-	-	-	5.462	(387)	(698)	-	-	-	-	-	-	-	
Barigui Corretora de Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	-	(182)	(402)	-	-	-	-	-	(182)	(402)	-	-	-	-	-	-	-	
Center Automóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	5.013	(363)	(661)	-	-	-	-	5.013	(363)	(661)	-	-	-	-	-	-	-	
Espaco Automóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	6.461	(500)	(917)	-	-	-	-	6.461	(500)	(917)	-	-	-	-	-	-	-	
GFA Incorporações Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	3.756	(266)	(480)	-	-	-	-	3.756	(266)	(480)	-	-	-	-	-	-	-	
Barigui Securitizadora S.A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	679	(47)	(86)	-	-	-	-	679	(47)	(86)	-	-	-	-	-	-	-	
Prestação de serviços correspondente bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	282	228	(315)	(388)	-	204	(44)	-	-	-	
Amambahy Participações Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	1.127	(80)	(127)	-	-	-	-	1.127	(80)	(127)	-	-	-	-	-	-	-	
Formula Automóveis Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	12.037	(852)	(1.537)	-	-	-	-	12.037	(852)	(1.537)	-	-	-	-	-	-	-	
Instituto Barigui	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	807	(25)	(62)	-	-	-	-	807	(25)	(62)	-	-	-	-	-	-	-	
Marumbi Investimentos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	169	(7)	(8)	-	-	-	-	169	(7)	(8)	-	-	-	-	-	-	-	
Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

20 Política de remuneração

A Financeira remunera um só membro de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está representado por R\$ 81 e R\$ 159 respectivamente (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2014) e no Conglomerado Financeiro R\$ 151 e R\$ 305 respectivamente.

21 Outras despesas administrativas

Descrição	Individual			Conglomerado Financeiro		
	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Despesas de aluguel	(63)	(102)	(84)	(77)	(130)	(115)
Despesas de comunicação	(196)	(391)	(376)	(264)	(410)	(387)
Despesas de processamento de dados	(219)	(429)	(538)	(364)	(687)	(762)
Despesas com relações públicas	(21)	(37)	(42)	(21)	(38)	(42)
Despesas com propaganda e publicidade	(5)	(88)	(46)	(99)	(262)	(260)
Despesas de seguros	(6)	(12)	(30)	(6)	(12)	(30)
Despesas serviço sistema financeiro	(170)	(351)	(382)	(447)	(789)	(669)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(2.913)	(6.047)	(6.915)	(5.687)	(10.831)	(9.253)
Despesa com serv. téc. especializados	(735)	(1.247)	(978)	(927)	(1.658)	(1.421)
Despesas com depreciação/amortização	(73)	(163)	(189)	(83)	(184)	(204)
Despesas com viagens	(206)	(309)	(160)	(210)	(315)	(171)
Despesa de transporte	(51)	(99)	(100)	(51)	(99)	(100)
Despesas judiciais e cartório	(31)	(89)	(120)	(31)	(89)	(357)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(45)	(121)	(205)	(45)	(121)	(205)
Outras despesas	(309)	(632)	(652)	(432)	(829)	(874)
Total	(5.043)	(10.117)	(10.817)	(8.686)	(16.454)	(14.850)

(a) No semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, refere-se substancialmente à: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no montante de R\$ 2.066 e R\$ 4.285 respectivamente (R\$ 6.681 em 31 de dezembro de 2014) e no conglomerado de R\$ 3.342 e R\$ 6.515 (R\$ 7.357 em 31 de dezembro de 2014), (ii) referente à assessoria de cobrança R\$ 395 e R\$ 819 (R\$ 1.615 em 31 de dezembro de 2014) e no conglomerado R\$ 910 e R\$ 1.680 (R\$ 2.226 em 31 de dezembro de 2014) e (iii) referente à custos de repasse à órgãos públicos R\$ 369 e R\$ 730 (R\$ 598 em 31 de dezembro de 2014).

22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

Descrição	Individual			Conglomerado Financeiro		
	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Impostos correntes						
Imposto de renda corrente	311	(24)	(1.011)			
Contribuição social corrente	202	(6)	(767)			
Total	513	(30)	(1.778)			
Impostos diferidos						
Total imposto de renda e contribuição social	(494)	(273)	82	(494)	(273)	82
	19	(303)	(1.696)			
Individual						
2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014				
Impostos correntes	(1.022)	(2.234)	(1.985)			
Imposto de renda corrente	(291)	(783)	(1.388)			
Contribuição social corrente	(1.313)	(3.017)	(3.373)			
Total	(671)	(528)	551			
Impostos diferidos	(1.380)	(2.489)	(2.822)			

A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015 ("MP") convertida na Lei 13.169 de 06 de Outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018. O aumento dos saldos de créditos tributários decorrentes dessa elevação de alíquota foi no montante de R\$ 308 e terão sua realização de acordo com o estudo dos créditos tributários, elaborados pela Administração, estando

fundamentados na Resolução CMN nº 3.059 e Circular nº 3.171, nas quais foram cumpridos os requisitos estabelecidos nas normas do Banco Central do Brasil para ativos fiscais diferidos. O efeito da majoração da alíquota não se aplica para a controlada.

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

Descrição	Individual		
	2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	4.446	8.500	7.771
Juros sobre capital próprio	(1.252)	(2.398)	(1.750)
Participação dos empregados	(219)	(359)	(332)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.975	5.743	5.689
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(1.339)	(2.584)	(2.276)
Exclusões (adições):			
Equivalência	1.177	1.980	669
Outros	181	301	(89)
Imposto de renda e contribuição social	19	(303)	(1.696)
Conglomerado Financeiro			
2º sem/2015	31/12/2015	31/12/2014	
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	6.061	11.045	9.254
Juros sobre capital próprio	(1.252)	(2.398)	(1.750)
Participação dos empregados	(267)	(473)	(546)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.542	8.174	6.958
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente	(2.044)	(3.678)	(2.783)
Exclusões (adições):			
Outros	664	1.189	(39)
Imposto de renda e contribuição social	(1.380)	(2.489)	(2.822)

c. Movimentação dos os créditos tributários:

Descrição	Individual		
	Saldo Inicial 31/12/2014	Constituição (Reversão)	Saldo final 31/12/2015
Imposto de renda	1.093	(248)	845
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	90	10	100
Outras provisões	284	(62)	222
Créditos Tributários de IRPJ	1.467	(301)	1.167
Contribuição social	670	19	689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	54	28	82
Outras provisões	200	(19)	181
Créditos Tributários de CSLL	924	28	952
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.391	(273)	2.119
Conglomerado Financeiro			
Saldo Inicial 31/12/2014	Constituição (Reversão)	Saldo final 31/12/2015	
Imposto de renda	1.550	341	1.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	100	14	114
Outras provisões	316	26	342

Descrição	1.966	380	2.347
Créditos Tributários de IRPJ	1.966	380	2.347
Contribuição social	959	114	1.073
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60	27	87
Outras provisões	218	7	225
Créditos Tributários de CSLL	1.237	148	1.385
Total de Créditos tributários de CSLL e IRPJ	3.203	528	3.732

Considerando as expectativas de resultado futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração da Companhia acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2015 tenham sua realização futura da seguinte